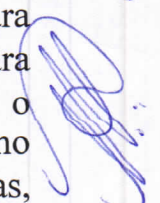
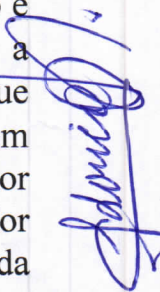
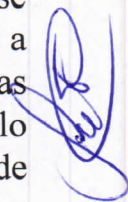
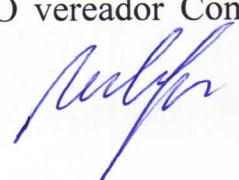


## Ata da 111ª Sessão Extraordinária da 17ª Legislatura da Câmara Municipal de Barra do Garças – MT

Ao 09 (nove) dia, do mês de outubro, do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 16h, em sede própria, reuniram-se os Vereadores desta Casa de Leis para mais uma Sessão Extraordinária sob a responsabilidade do Vereador Geralmino Alves Rodrigues Neto (Dr. Neto) – Presidente em exercício, secretariado pelo também Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto (Kiko) – 1º Secretário. Observadas as exigências regimentais, constatou-se “quorum” suficiente, momento em que o Sr. Presidente pronunciou a seguinte frase: - Sob a proteção de Deus e em nome do povo barra-garcense, declaro aberto os trabalhos. Após a execução de um trecho Bíblico e do hino de Barra do Garças, mostrando imagens da cidade, o Sr. Presidente cumprimentou a todos os presentes e na sequência passou a palavra ao 1º Secretário para leitura das correspondências recebidas e expedidas. Correspondências expedidas: Ofício circular nº 013/2015 que encaminha convocação aos senhores vereadores para sessão extraordinária do dia nove às 20h. Requerimento de mudança de horário de sessão extraordinária para que seja alterado para as 16h o horário da sessão extraordinária marcada para o dia nove de outubro de dois mil e quinze, assinado por todos os vereadores. Em seguida o presidente em exercício passou a palavra para o vereador Dr. Paulo Cesar Raye de Aguiar (Dr. Paulo Raye) para uma questão de ordem. O vereador Dr. Paulo Raye pediu que fosse colocado em votação a eliminação do Grande Expediente para terminar mais rápido a sessão. O presidente perguntou a todos os vereadores se era de comum acordo o pedido do vereador Dr. Paulo Raye e todos disseram que sim. Na sequência, o Presidente iniciou a Ordem do Dia passando a palavra ao Vereador Odorico Ferreira Cardoso Neto (Kiko) – 1º Secretário – para a leitura do seguinte Projeto de Lei: PROJETO DE LEI Nº 069/2015, de 08 de Outubro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Autoriza o município de Barra do Garças – MT a formar Termo de Cooperação com os municípios que mencionam, e dá outras providências”. O presidente pediu autorização do plenário para votar o Projeto de Lei nº 069/2015 e a autorização foi concedida. Lido, o projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Economia e Finanças e a Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Na sequência, o presidente colocou em votação o PROJETO DE LEI Nº 007/2015, de 05 de Outubro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que “Altera a Lei Complementar nº 084 de 01 de abril de 2005 que dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Administração Direta do Poder Executivo e dá outras providências”. Ele explicou que esse projeto havia passado por todas as comissões e que a sessão extraordinária foi marcada justamente por causa dele e colocou em discussão o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Economia e Finanças e a Comissão de Obras Públicas, Transporte, Comunicação e Meio Ambiente. Após a votação, os pareceres das comissões receberam aprovação dos votos presentes. O vereador Júlio Cesar

Gomes dos Santos (Júlio Cesar) falou no mérito do projeto. Ele cumprimentou a todos e disse que é relator de obras. Eu não poderia dar um parecer favorável enquanto estamos vendo a presidente Dilma cortar de nove a sete ministérios, o governador Pedro Taques diminuindo ministérios e contratações e, Barra do Garças aumentando o custo com empregados na prefeitura municipal. Eu não posso votar e ser favorável mesmo o prefeito justificando e falando que a crise não chegou em Barra do Garças. Mas eu peço que ele desça da camionete dele e comece da avenida e suba nas principais aqui e pergunte no comércio local se não está sendo massacrado por essa crise mundial. Nós como vereadores não podemos aprovar e eu principalmente como relator de obras dei meu parecer contrário a essas contratações. E peço aos vereadores que votem contrário a mais cinco ou quatro contratações que abrindo esses DAS vai ter uma despesa em torno de quinze a vinte mil reais mensais, fora os quatro secretários que estão afastados por determinação da justiça, como o vereador Kiko disse muito bem, e continuam recebendo. Então voto contrário no meu parecer e voto contrário também como vereador. Em seguida, falou o vereador Valdemir Benedito Barbosa (Comandante Barbosa) no mérito do projeto. Ele disse que ontem à tarde esteve com o prefeito Roberto Farias e isso o motivou a ir até a tribuna falar em defesa desse projeto. Nós tivemos um escândalo em Barra do Garças que foi a questão de abastecimento de combustível na Secretaria de Obras pelo município. Tivemos também a retirada de um coordenador de obras por causa de uma máquina dele que estava no pátio do DMER. O prefeito Roberto Farias fez uma justificativa ontem para o vereador Comandante Barbosa. Dr. Paulo Raye, o senhor que tem mais experiência no executivo do que nós, temos que sugerir ao prefeito e secretários, quando mandar um projeto desses para os vereadores, já mandar a justificativa do aumento do cargo comissionado para evitar esse tipo de dúvidas que tem aqui para nós. Por exemplo, o coordenador de frotas é justamente aquele homem que vai cuidar do maquinário para evitar os danos e a destruição. Este coordenador de frotas, o nome dela já está colocado, é o Jairo Marcos, o Jairão. O coordenador de controle de combustível já está trabalhando no DMER, é o Zé Luiz. Ele é da educação e foi remanejado para a coordenadoria de obras e abastecimento para controle e evitar furtos de combustíveis que estava acontecendo lá. É só para regularizar a situação desse cidadão que foi criado o cargo comissionado. E o terceiro cargo comissionado é um mecânico de máquinas pesadas que não tem no DMER. Se tivesse vindo a justificativa pelo executivo ou pela secretaria de obras, não teríamos discutido. Em tempo, o vereador Dr. Paulo Raye fez uso da palavra. Ele disse que acha muito importante o que o coronel colocou. Se tem um coordenador que vai tomar conta para evitar que exista desvio de combustível ou exista maiores danos ao maquinário, isso aí no futuro vai beneficiar o município. Eu me lembro que na época que fui prefeito, tínhamos uma comissão de ITBI e essa comissão se corrompia rapidamente. Em três meses os caras estavam corrompidos, então fizemos um projeto para que se mudasse a comissão de ITBI de três em três meses, porque em três meses os caras viravam corruptos. É importante esses cargos, Júlio, para que possa manter o projeto organizacional. O vereador Comandante



Barbosa disse os vereadores têm constantemente cobrado do prefeito sobre o tapa buracos da cidade que fizeram em uns trechos e outros não. Temos cobrado também o patrolamento dos acessos das vicinais, por exemplo, da voadeira já foi feito, das aldeias. Do assentamento Serra Verde ainda não foi feito, e o prefeito me disse que nós vereadores estamos cobrando do prefeito e ele está organizando para melhorar o trabalho nessas comunidades. O vereador Júlio Cesar respondeu o vereador Dr. Paulo Raye. Paulo como você citou meu nome, primeiro, quem foi preso no DMER foi o chefe das máquinas, que foi o Mauro, nomeado pelo prefeito como chefe das máquinas, foi preso arrumando e soldando o trator. Não é porque criou um cargo que vai deixar, é colocar pessoas competentes com o DMER. A vossa excelência concorda. As pessoas que estavam roubando combustíveis, são pessoas que estão com o salário defasado há muito tempo, então eu acho que não justifica. Por exemplo, o Mauro foi preso, é a pessoa de confiança do prefeito, foi preso soldando máquinas lá dentro. Então não adianta criar um cargo e colocar o Mauro Maia lá dentro, vai ser preso de novo. O vereador Dr. Paulo Raye respondeu o vereador Júlio Cesar. Quando você fala que o cara estava roubando combustível porque está com salário baixo, eu acho que um erro não justifica o outro. O fato do cara ganhar pouco, ele não tem que se tornar ladrão. O vereador Júlio Cesar disse que é mais fácil uma pessoa que está recebendo um salário mínimo roubar do que o Mauro que estava recebendo um DAS de quatro, cinco mil, roubar. O vereador Dr. Paulo Raye disse que é mais fácil um ladrão roubar do que um honesto. O cara que é honesto ele não rouba, não interessa se ganha pouco ou muito, eu conheci muito pedreiro que ganhava muito pouco e era incapaz de roubar um prumo de uma obra. Eu acho que a crítica é construtiva em qualquer hora e lugar, eu acho o senhor muito combatido também, mas tem certas coisas que não devemos nos ater. Um DAS, três DAS para multar uma organização, não é um motivo ainda de se fazer oposição nesse setor. O vereador Júlio Cesar disse que Barra do Garças hoje tem dezenove secretarias. Nós tínhamos oito secretarias, já estamos com quase setecentos DAS, criar mais cinco DAS. Então isso que nos preocupa, o prefeito fala que não tem recursos, mas tem recursos para fazer contratação para fazer a fiscalização de bomba. Como deu certo no governo de vossa excelência, dos dois Paulo, do Chaparral, Carolino, Wilmar Peres. O vereador Comandante Barbosa disse que vota favorável. Em seguida, o vereador Kiko fez uso da palavra. Ele disse que o problema é que falta um controle eletrônico dessas ações. Eu lembro muito bem durante a campanha que uma das discussões era essa. Por exemplo, a ideia, tinha um técnico que ficou dois meses e foi embora, seria instalar no gabinete uma técnica de controle de gás, de combustível, entrada de renda no município para que todos os dias se pudesse conferir via telão. Hoje muitos executivos têm esse tipo de controle. Barra do Garças não fez o dever de casa, o grande administrador infelizmente se perdeu no meio do caminho porque não conseguiu fazer o controle mínimo. Qual era a expectativa que se tinha do grande administrador? Que era ter controle total das ações, tendo em vista que ia formar um corpo orgânico que tivesse as condições de combater todo o processo. Por exemplo, hoje somos tão tacanhos ainda que o cara para pegar combustível lá,



ele marca no papelzinho. Não tem controle eletrônico de nada. E aí abre a perspectiva de gente roubar. Se via computador e programas especializados tem problemas, por exemplo, me informa se hoje a prefeitura tem um controle de entrada dos seus produtos dentro da garagem da Secretaria de Obras. Quando você vai a uma loja, o cara vai no computador para saber quantas peças tem para aquele trator, ônibus, caminhão, quantos litros de óleo tem à disposição no estoque. Barra do Garças não tem nada disso. Então abre mão de perspectiva de fazer um trabalho de instrumentalizar melhor as suas ações para criar cargos. Não adianta criar os cargos se não instrumentalizar a fiscalização por meio de controle interno e externo dos processos. O mesmo se dá com os remédios, na secretaria de obras, esse é o problema e essa era uma promessa para melhorar a administração. Com certeza, se houvesse um controle mais rigoroso, mais científico, em qualquer governo teria a chance de melhorar o controle e conseqüentemente melhorar os gastos da prefeitura. Aqui o que está faltando é gestão, não é criação de cargos que vai resolver isso, é uma questão de gestão administrativa para dar conta de amenizar as possíveis ações que roubam o dinheiro público arrecadado cotidianamente. A minha fala é nesse sentido e vou votar contra em nome disso, porque essa não é uma questão de aumentar cargos, é uma questão gerencial, de melhorar a qualidade gerenciamento da Prefeitura de Barra do Garças. Na seqüência, o vereador José Maria Alves Filho (Zé Maria) fez uso da palavra. Ele disse que estava usando a tribuna para justificativa de voto e que acompanhava o raciocínio do vereador Júlio Cesar. Vejo a comissão do Júlio Cesar como uma comissão muito séria, como ele disse muito bem são dezenove secretarias, mais ou menos, setecentos DAS e a pergunta é. Como que a crise não chegou em Barra do Garças, sendo que tinha promessas do governo municipal de trazer industrias pra nós, cadê a indústria para gerar emprego e renda, o trânsito está caótico. A justificativa que o Comandante Barbosa levou a tribuna, eu descordo em gênero, número e grau, vejo que contratar mais cinco é regredir, andar para trás e sem falar com a troca-troca de secretário de saúde de Barra do Garças. Está uma lambança o governo, por isso vejo que temos unir forças, tirar forças da fraqueza para não incharmos a máquina. Isso sem falar das desordens ocasionadas no governo, arrancaram redutores de velocidade da cidade, não se tem setenta mil reais para ajudar a colaborar com os feirantes de Barra do Garças. Portanto, é por isso que vejo que falta boa-fé do governo municipal. Voto contrário devido ver que Barra do Garças tem que ter uma política pública com mais qualidade para que possamos realmente emanar melhores condições de trabalho, para que as pessoas que são colocadas não só no DMER, mas em todas as secretarias possam exercer um trabalho de boa qualidade. Em seguida, o vereador Dr. João Rodrigues de Souza (Dr. Joãozinho) fez uso da palavra. Ele disse que queria prestar um esclarecimento. Não é puxando brasa para a sardinha alheia, mas, primeiro, os secretários que estão afastados, se nós tivermos o cuidado de olhar a decisão judicial que afastou os secretários, a própria decisão determinou o afastamento sem prejuízo da remuneração. É a decisão judicial que afastou e o fez sem prejuízo da remuneração, então a própria decisão judicial determinou o afastamento e isso em homenagem a

Am



presunção de inocência. É a própria decisão judicial, e o que o prefeito está fazendo é simplesmente cumprir a decisão judicial. Se ele se alvora no direito de não pagamento, os servidores certamente recorrerão ao judiciário e farão cumprir a decisão judicial tal qual ela foi prolatada. Infelizmente essa é a regra do jogo. Quanto ao projeto em si, quero trazer a lembrança aqui que quando começaram os problemas da crise mundial, o presidente Lula foi até a mídia e disse que era apenas uma marola e por conta desse discurso que foi encampado pelo governo federal se deixou de fazer as necessárias correções de rumo, de enfrentar os problemas estruturais do país e a crise se avolumou por n razoes. Mas hoje temos o país atravessando, atolado na crise, e aí também tem as questões políticas, em vários outros vetores que faz com que a situação esteja como está. O que me preocupa na verdade é que muito embora o prefeito Roberto Farias me parece que tem administrado de uma forma eficiente no sentido que concerne aos números, é fato que nós ainda estamos engatinhando na questão da crise. Essa crise, a tendência de todos os analistas econômicos, os jornalistas políticos dizem que o ano vindouro será pior ainda do que esse. Me preocupa porque parece que o município, a administração ainda não tomou decisões de apertar o cinto, parece que não se atentou ainda para as perdas de arrecadação que virão, isso é fato, nós estamos aqui com as metas orçamentarias para o ano que vem, mas sabemos que as metas orçamentárias existem modelos de previsão, e esses modelos são antigos e não levam em conta a real situação em que o país se encontra. Quanto temos não só essa contratação, seria necessário, e essa é uma preocupação que tenho, porque nós precisávamos adotar medidas para que pudéssemos fazer um contingenciamento das despesas para enfrentar a crise que se avizinha. Se ela não chegou ainda a nossa porta, ótimo, mas ela chegará e teremos que enfrenta-la. Está passado da hora de não ver medidas tendentes a fazer uma diminuição nas despesas, contingenciamento das despesas e isso ao meu ver é preocupante. Temos que pensar o seguinte, o município parece que teve uma certa folga porque, por exemplo, nós ganhamos de presente por conta dos repasses da saúde, um valor substancial. Isso dá a impressão que temos uma certa folga, mas isso não é verdade, porque apesar desses repasses que foram acrescidos pelo governo Estadual, outras despesas virão e a tendência é que as nossas receitas sofrerão um desgaste. Essa aqui é uma situação particular, é. É uma situação emergencial, pode ser. Mas é preciso que tenhamos consciência da necessidade de adaptar, é aquela história do pai de família que deixou de receber a hora extra, o plantão. É preciso nos prepararmos para enfrentar essa nova realidade que bate a nossa porta. Esse contingenciamento passa pela diminuição de secretarias e eliminação de alguns cargos, isso é uma necessidade. Caso o contrário o ano que vem tendemos a passar por uma situação de dificuldade financeira do município sob a responsabilidade de todos nós. Na sequência o vereador Dr. Paulo Sergio da Silva (Dr. Paulo Sergio) fez uso da palavra. Ele falou da sua preocupação com a diminuição na arrecadação de Barra do Garças, pagamento de salários. Quando a arrecadação do IPTU, aquele parcelamento em quatro vezes, terminar eu temia por dificuldades para pagar os funcionários, mas como o Dr. João falou, o prefeito junto com a câmara lutou e conseguiu esse repasse



para a saúde que ajudou a fortalecer Barra do Garças. Mas a crise não está longe, ela está rondando, já aconteceu em outras cidades e pode acontecer em Barra do Garças. Esse projeto de hoje é pontual, é uma coisa necessária porque se não houver essa fiscalização os gastos serão muito maiores. A área de maquinário da prefeitura é perigosa, se não tiver uma pessoa responsável para tomar conta o prejuízo é muito maior. Essas áreas que o prefeito se preocupou, ele tem razão, é uma coisa específica e pontual, mas temos claramente que nos preocupar com o corte de despesas, principalmente através de funcionários na prefeitura de Barra do Garças. Depois de explanado as opiniões dos Vereadores, o presidente colocou em votação o mérito do projeto. Após a votação, o mérito foi aprovado com votos contrários dos vereadores José Maria, Júlio Cesar e Odorico Ferreira. Em seguida, o presidente disse que pediu autorização do plenário para votar um projeto de urgência que havia chegado e a autorização foi concedida. Ele colocou em discussão o parecer favorável ao PROJETO DE LEI Nº 069/2015, de 08 de Outubro de 2015, de autoria do Poder Executivo Municipal, que "Autoriza o município de Barra do Garças – MT a formar Termo de Cooperação com os municípios que mencionam, e dá outras providências" da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, Comissão de Economia e Finanças e a Comissão de Educação, Cultura, Saúde e Assistência Social. Após a votação, os pareceres das comissões receberam aprovação unanime dos votos presentes. Na sequência, o vereador Júlio Cesar falou no mérito do projeto. Ele disse que seu voto era favorável. É um projeto que vem para o anseio da comunidade, ajudar essas crianças carentes do município e torço que venha mais projetos nesse intuito, que desenvolva esse trabalho social para que tenha ajuda a principal classe, a classe baixa que é menos favorecida. Este tipo de projeto tem o meu voto. O vereador Weliton Andrade da Silva (Mandioquinha) falou no mérito do projeto. Ele disse que o que chama sua atenção no mérito desse projeto é que Barra do Garças por ser um município maior da região e por ter o local onde abriga esses menores, automaticamente ela está levando um prejuízo muito grande. O juiz simplesmente ordena que a prefeitura mantenha esse cidadão internado aqui por custo do município. Nada mais justo essa parceria com os municípios vizinhos porque quando vem crianças, menores da região dessas cidades, automaticamente ela tem que arcar com as despesas dos menores de suas cidades. Não é justo um pai cuida do filho alheio, quem tem que cuidar dos próprios filhos são os pais. Infelizmente Barra do Garças está assim, acontecendo uma ação dessas, o promotor de justiça manda a denúncia, o juiz acata e o município paga. Acreditamos com essa parceria com os municípios vizinhos que não cumprirem com esse acordo, automaticamente nós estaremos lavando as mãos e dizendo para o juiz que não vamos atender a cidade fulana de tal porque ela não quis pactuar com o município de Barra do Garças nessa parceria. Nós não podemos pagar as contas de outro município. Quero parabenizar a administração por esse projeto e os colegas vereadores que vão acompanhar, aprovando o projeto nessa tarde de hoje. O vereador Kiko falou no mérito do projeto. Ele disse que provavelmente deva ser a Casa Crisálida a fazer esse tipo de atendimento. A Crisálida existe há uns dez anos aproximadamente e ela que tem esse

papel. O problema que ao longo dos anos, eu posso falar isso porque em 2007/2008 estive no governo Chaparral, como não havia os convênios e não havia esse exercício, havia uma decisão judicial ou uma ação do ministério público e em qualquer circunstância se mandava para a Crisálida sem que houvesse nenhuma contrapartida. Agora, não provavelmente por iniciativa da prefeitura, mas por iniciativa do poder judiciário e do ministério público, infelizmente o governo atual não é dada a esse tipo de ação social, se fechou um termo importantíssimo, não vem ao caso, que os municípios estão se comprometendo desde que tenha um internado lá, a desembolsar setenta reais dia e o termo diz que caso haja atraso há pagamento de multa até que a prefeitura possa não receber mais caso os pagamentos não sejam feitos. Então há um termo de compromisso assinado entre Barra do Garças e os municípios que foram aqui supracitados para garantir que havendo iniciativa do poder judiciário e do ministério público, a criança possa ser abrigada e a partir do momento em que for abrigada, o município que recebe o benefício tem que arcar com ele no valor de setenta reais. Não sei nem se cobre as necessidades, todo mundo sabe que manter uma casa, instituição desse porte custa muito dinheiro. Na oportunidade, o vereador Ailton Alves Teixeira (Biroska) declarou voto favorável ao projeto e disse que tinha que sair por causa de uma ligação de emergência. O vereador Dr. Paulo Raye falou no mérito do projeto. Ele perguntou se quando uma criança é internada de um determinado município, essa mesma lei que temos aprovada, tem que ser aprovada pelos outros municípios também. O vereador Kiko respondeu que sim. Por exemplo, vamos supor Água Boa, todos os municípios da jurisdição da comarca provavelmente. Elas têm que garantir o recurso. Provavelmente o prefeito vai pedir autorização para pagar. O vereador Dr. Joãozinho falou no mérito do projeto, respondendo à pergunta do vereador Dr. Paulo Raye. Ele disse que o próprio projeto nasceu a partir de um TAC que foi promovido pelo ministério público e no próprio projeto já se fez o acordo de que o município de Barra do Garças repassaria uma cópia de ementa e todos esses municípios que constam ali, Ribeirãozinho, Torixoréu, aprovaria sim e isso já foi previsto no próprio TAC para que se fizesse, nós nos comprometendo a agasalhar essas crianças e eles a fazer o repasse. O próprio TAC já previa isso. O vereador Dr. Paulo Raye disse que pensou que esse projeto estava sendo aprovado aqui sem ciência dos outros municípios. O vereador Kiko disse que os municípios se reuniram e o TAC foi feito com os municípios interessados. O vereador Dr. Joãozinho disse que a urgência a aprovação é porque o juiz concedeu um prazo para que os municípios fizessem e aprovassem essa legislação e juntasse as respectivas cópias no processo judicial que é uma ação de improbidade, dando um prazo para isso. O vereador Kiko disse que foi à tribuna para dizer que é favorável, mas queria prestar os devidos esclarecimentos. O vereador Dr. Paulo Raye perguntou se existe um local apropriado. E o vereador Kiko respondeu dizendo que era a Crisálida que faz isso em Barra do Garças. Não sei se hoje ela estaria preparada para atender as demandas necessárias. O nosso assessor jurídico dizia o seguinte sobre essa questão de lei autorizativa no sentido que estamos dizendo aqui, depende das leis orgânicas, o que elas preveem sobre isso. No caso a nossa, o



instrumento legal para isso é um projeto autorizativo para que se faça esse tipo de doação e de encaminhamento financeiro. O vereador Dr. Joãozinho disse que queria esclarecer que essas crianças não têm nada a ver com internação por atos infracionais. O ato infracional vai para a Vila Santo Antônio e fica lá recluso por um tempo que a lei determina. Ela se refere exclusivamente aquelas crianças em situação de abandono que é nesses casos que a justiça determina a internação. São aquelas crianças em situação de abandono que são agasalhadas, na verdade todo processo em que há situação de abandono, a lei obriga que o ministério público atue neles na defesa da criança e do adolescente, porque quando se interna uma criança, a ideia é que seja na defesa do interesse dela. Por conta disso, creio eu, que o município de Barra do Garças deve ter se manifestado e dizendo que estava ficando com a obrigação da internação e não há uma contrapartida, por isso é que nesse TAC se estabeleceu essa prestação pecuniária, esse repasse dos outros municípios para que pudesse contrabalancear a responsabilidade que nós já exercemos de acolher essas crianças, além do município de Barra do Garças, os municípios que estão vinculados no TAC. O vereador Dr. Paulo Raye disse que foi ótima a intervenção do vereador Dr. Joãozinho porque ele não sabia e achou que era para crianças que cometessem infração. Foi bom você esclarecer, isso aí não foi dito por ninguém e nem estar constando no projeto, não fala se é ato infracionário ou não. Depois de explanado as opiniões, o presidente colocou em votação o mérito do projeto. Após a votação, o mérito foi aprovado por unanimidade dos presentes. Terminada a Ordem do Dia, passou-se a Palavra Livre e o Sr. Presidente constatando que não havia nenhum orador inscrito, declarou encerrado os trabalhos, cuja ata, se aprovada, receberá a assinatura de quem de direito.

*(Handwritten mark, possibly initials 'A' or 'B' inside a circle)*

*(Handwritten signature)*

*(Multiple handwritten signatures and a blue ink fingerprint)*